

ENTRE A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO SOCIAL: estudo de caso da grande Montevideu¹

Danilo Veiga

REESTRUTURAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CIDADES FRAGMENTADAS NA GLOBALIZAÇÃO

No atual cenário em que se desenvolvem nossas cidades, existem redes globais que articulam indivíduos, setores e áreas urbanas, ao mesmo tempo em que excluem outros tantos indivíduos, grupos e territórios. Por conseguinte, os países estão atravessados por essa lógica dual, em que surgem redes transnacionais de componentes dinâmicos da globalização, ao mesmo tempo em que se discriminam e se excluem grupos sociais, no interior de cada região ou cidade. Nesse sentido, a atual “era da informação” implica transformações estruturais nas relações de produção, cujas manifestações mais claras são: o aumento da desigualdade, da exclusão social e a fragmentação do emprego (Castells, 1998), processos que são particularmente relevantes nas metrópoles latino-ame-

ricanas, com o aumento da polarização e das desigualdades sociais (Mattos, 2004).

Nesse contexto, por um lado, observamos que, de acordo com uma das hipóteses centrais das denominadas “cidades globais”, a transformação da atividade industrial e a expansão dos serviços nas cidades levariam a uma estrutura social dual na estrutura do emprego e no acesso da população ao emprego (Sassen, 1991; Mollenkopf; Castells, 1991). Contudo, investigações realizadas em diversos países contrastam com essa tendência para a bipolarização e demonstram que se está produzindo um aumento da desigualdade social entre os dois extremos da população urbana, embora de uma forma não dual, mas fragmentada, com uma diversificação da estrutura social e um incremento das classes médias nas áreas periféricas (Ribeiro; Preteceille, 1999; Taschner; Bogus, 2001).

Esse achado é importante, na medida em que reflete a influência, nas cidades, de processos como a reestruturação econômica, as mudanças no mundo do trabalho, a nova composição das famílias e dos papéis familiares, a diversificação de pautas culturais e de consumo. Por sua vez, tais

¹ Uma versão anterior deste artigo foi apresentada na VI Reunião do Grupo de Trabalho “Desenvolvimento Urbano do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais”, CLACSO. Medellín, Colombia, setembro de 2005.

processos induzem significativas transformações nos padrões de estratificação social, particularmente nas classes médias, que se manifestam na diferenciação e localização da população no espaço urbano.

Dessa forma, para caracterizar esses processos, revelam-se adequados os conceitos de “*quartered cities*” (cidades fragmentadas), introduzido por Peter Marcuse (1996), bem como o de “*layered cities*” (cidades com capas), separadas por espaço e tempo, que constituem o suporte de diferentes classes e grupos sociais que interagem através de relações que refletem sua distância e desigualdade social (Marcuse; Van Kempen, 2000).

No que diz respeito à América Latina, é sabido que, nos últimos anos, enfrentamos cenários mutantes nos objetos (assentamentos, cidades e processos territoriais) e sujeitos (comunidades, grupos sociais focalizados etc.) da agenda social. Nesse sentido, a análise dos processos sociais nas cidades implica considerar um conjunto de fatores que influem em tais mudanças, tais como a reestruturação econômica e a precarização do emprego, o impacto das novas tecnologias, a reforma do Estado, a descentralização e a privatização, as mudanças culturais e as novas pautas de consumo, a mobilidade da população etc. (Veiga, 2001).

No cenário da globalização, a conjunção desses elementos e as mudanças nas pautas de localização e de crescimento nas cidades induzem uma profunda diferenciação e segregação socioeconômica entre os residentes em distintas áreas urbanas. Isso implica restrições importantes em função dos níveis de vulnerabilidade social apresentados por importantes setores da população. Nesse sentido, para compreender as transformações sociais urbanas, é imprescindível identificar as novas desigualdades e as pautas de diferenciação social. Em tal contexto, é útil recordar que, até o final dos anos oitenta, investigações comparativas realizadas em vários países latino-americanos demonstraram a influência de processos estratégicos na configuração social de nossas cidades, tais como a “desindustrialização”, a “desassalarição” e a “fragmentação” que afetam as condições de vida

da população (cf. Portes, 1989; Lombardi; Veiga, 1989). Por outro lado, a partir dos anos oitenta, esses fenômenos operam conjuntamente com outros mecanismos de polarização socioeconômica, induzindo “novas formas de pobreza” e segregação em diferentes setores (por exemplo, a nova composição socioeconômica e os perfis da população residente nos “assentamentos precários”, durante os últimos anos).

Recentemente, se assinalou, entretanto, que o impacto da globalização nas cidades latino-americanas é ambíguo e contraditório, na medida em que, ao mesmo tempo em que acentua a heterogeneidade do mercado laboral e as desigualdades sociais, promove uma maior consciência e demanda dirigida aos governos, organismos internacionais e instituições da sociedade civil por políticas sociais inovadoras e propostas de alternativas em âmbito local. Em qualquer caso, isso requer a análise de casos específicos, para concluir com maior certeza (Roberts, 2005).

No Uruguai, tal como em outros países, os processos de fragmentação socioeconômica acentuam diversas formas de crises e segregação urbana, estimulando profundas mudanças nas pautas culturais e estratégias das famílias, bem como na emergência de situações de “vulnerabilidade e risco social”, que particularmente afetam crianças, jovens e mulheres. Em tal contexto, assumimos que a fragmentação social é um processo complexo e multidimensional, que requer analisar certas variáveis centrais, tais com as pautas de estratificação social, a heterogeneidade do mercado de trabalho, as mudanças nas formas e nos agentes de socialização, as estratégias de sobrevivência familiar etc. (cf. Mingione, 1998; Veiga, 2004).

DESIGUALDADES SOCIAIS E SEGREGAÇÃO TERRITORIAL NA GRANDE MONTEVIDÉU

Antes de assinalar algumas características importantes sobre as condições de vida na área metropolitana de Montevideu, é necessário situar tal problemática no contexto das transformações

socioeconômicas ocorridas no Uruguai. Nesse sentido, recordamos que, a partir dos anos setenta, diversos países da América Latina enfrentam mudanças estruturais que provêm tanto das transformações em sua organização produtiva, mudanças tecnológicas etc., como dos processos de democratização emergentes na região. Também se produz uma maior abertura das economias nacionais para o exterior, com gradual debilitamento das fronteiras, o que conduz a uma maior unificação dos mercados, com o surgimento de novos atores e empresários transnacionais, no que se denomina uma progressiva “desterritorialização do capital”.

Por outro lado, esses processos e transformações implicam a permanência de certos problemas centrais na configuração e no desenvolvimento socioeconômico do sistema urbano e regional, tais como a concentração de atividades e da população em determinadas áreas – desigualdades regionais – assim como a deficiente integração econômico-territorial que prevalece na maioria dos países, mesmo naqueles onde houve políticas descentralizadoras. Sem dúvida, durante os últimos anos, surgiram pautas diferentes das anteriores em termos da localização de capitais, atividades produtivas e população. Essa reversão das tendências de destinação de recursos, concentração socioeconômica etc. implicou um crescimento diferencial de certas áreas, emergindo regiões e cidades com diferentes características das que historicamente haviam existido no País. Nesse sentido, a expansão da área metropolitana de Montevidéu e de algumas de suas subáreas constitui uma das transformações mais significativas.

De maneira sintética, pode-se afirmar que, no Uruguai, as tendências de longo prazo demonstram a incidência de fatores estruturais de grande impacto na sociedade urbana, tais como a paralisação produtiva e (ou) o baixo dinamismo, a baixa absorção do emprego, a crise fiscal do “estado de bem estar”, o envelhecimento populacional, assim como fatores conjunturais, tais como as políticas neoliberais e a crise posterior a 2001, que estimularam uma distribuição regressiva dos empregos e uma precarização do mercado de trabalho e das

condições de vida.

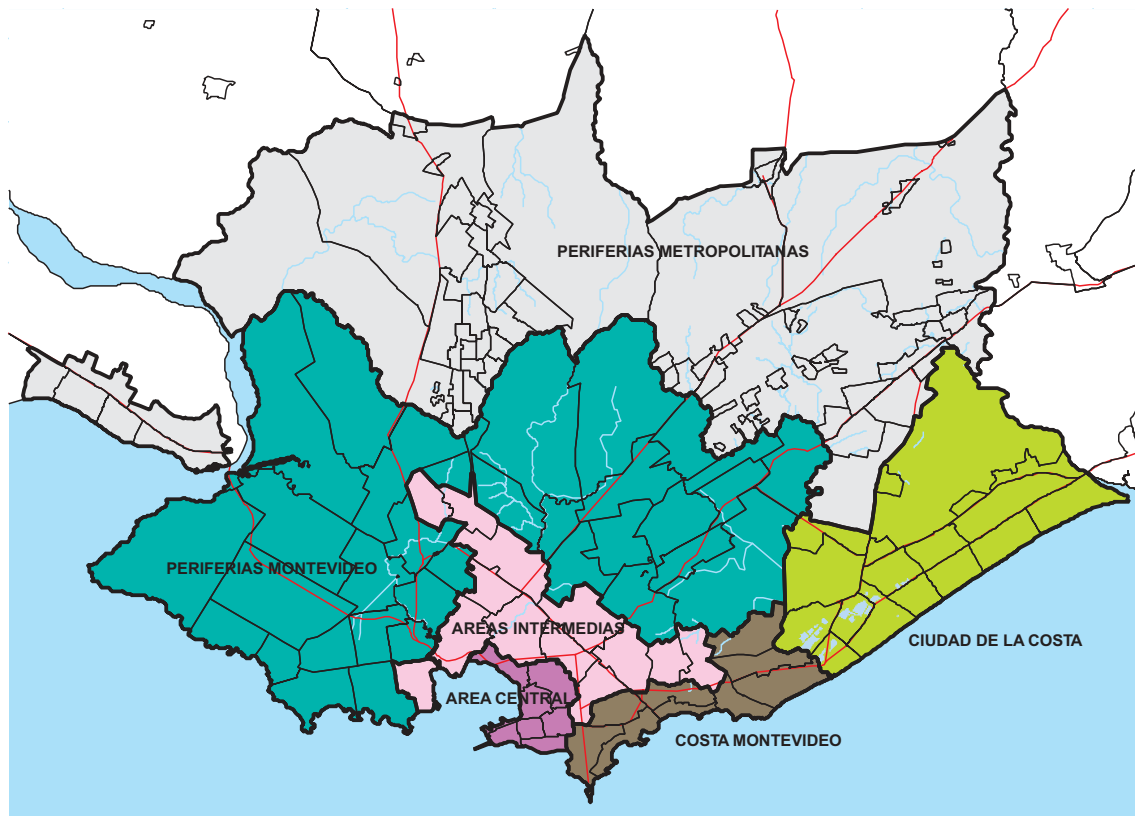
Por sua vez, produziram-se impactos e manifestações no âmbito da qualidade de vida da população afetada por essas mudanças. Assim, por exemplo, foi identificado um conjunto significativo de fenômenos socioeconômicos que se vêm produzindo no Uruguai desde meados dos anos setenta, muitos dos quais, sem dúvida, tiveram influência direta ou indireta na transformação da área metropolitana e, por conseguinte, nas condições socioeconômicas de sua população. Entre esses processos, destacamos os seguintes (Veiga; Rivoir, 2004):

- Reorganização espacial, territorial e econômica no âmbito do sistema urbano e regional, como conseqüência de estímulos e políticas setoriais de localização.
- Globalização da economia e das pautas culturais, com impactos no mercado de trabalho de bens e serviços, cultura etc.
- Fragmentação social e econômica em diversas áreas e cidades, com a conseqüente segregação e estagnação de certas regiões e cidades e o dinamismo de outras.
- Descentralização industrial e concentração de recursos.
- Mudanças nas pautas culturais e de consumo dos setores médios e altos da população.
- Progressiva urbanização e “desruralização”.

Cabe observar que nosso estudo focalizou a denominada área metropolitana de Montevidéu, que compreende especificamente um conjunto de assentamentos urbanos que se estendem dentro de um raio de aproximadamente 30 quilômetros, nos departamentos limítrofes dessa capital, isto é, *Canelones* e *San José* (ver Mapa da Área Metropolitana).

No marco dos mencionados processos, e previamente à análise da fragmentação e segmentação urbana em Montevidéu, é necessário localizar as mudanças que a cidade e sua área metropolitana experimentaram. Dessa forma, confirmando algumas hipóteses colocadas previamente, é útil considerar as conclusões de um estudo que identifica algumas características básicas sobre sua

Mapa 1 - Montevideu e Área Metropolitana



Fonte: Lombardi; F. Bervejillo (1999)

evolução. Com efeito, ressalta-se que tal área atravessa uma nova fase, a partir dos anos 90, pela influência combinada de diversos fatores, vinculados com a globalização, a integração regional, as mudanças tecnológicas, a ascensão dos serviços, as novas pautas de consumo e as novas formas de inversão e gestão territorial. Nesse contexto, surgem dinâmicas tais como criação de novas centralidades nas periferias, constituição de novos espaços associados com a recreação, urbanizações privadas e grandes equipamentos, bem como recuperação incipiente das áreas centrais, vinculada com processos de reconversão produtiva e portuária (Bervejillo; Lombardi, 1999).

Nesse sentido, foram identificadas várias áreas (Area Central, Intermedia, Costa Montevideana, Ciudad de la Costa e Periferia), em função de suas características urbanísticas (grau de desenvolvimento urbano, qualidades do ambiente construído), sociais (nível socioeconômico da população resi-

dente) e usos do solo (relações entre moradia e atividades econômicas comerciais, industriais e rurais), assim como de razões históricas. Entre as principais tendências verificadas, a Área Metropolitana de Montevideu experimenta mudanças que respondem a novas lógicas econômicas. Dessa forma, durante os anos 90, ocorrem, de acordo com a citada investigação, os processos socioespaciais apresentados a seguir.

Verifica-se uma forte reorganização espacial do comércio e dos serviços, associada à multiplicação das grandes superfícies comerciais, que contribuem para uma “descentralização concentrada” dos espaços de consumo coletivo. Os centros comerciais, concentrados na Costa, se constituem em polos potenciais de novas centralidades urbanas. Por outra parte, produziu-se também, durante os últimos anos, uma desconcentração dos serviços de saúde e de educação privados. Em ambos os casos, a metropolização dos serviços favorece aque-

les bairros que concentram classes médias e altas, como acontece na *Costa Montevideana* na *Ciudad de la Costa* da área metropolitana.

Por outro lado, na periferia de Montevideú (Norte, Oeste e Leste), verifica-se um crescimento demográfico muito significativo, caracterizado pelo predomínio de setores da classe baixa e, particularmente, como se pode verificar nos mapas anexos, pelo crescimento e pela expansão da pobreza e situações de vulnerabilidade social. Tal crescimento tem origem nas migrações da cidade consolidada (área central), e combina três modalidades: habitação autoconstruída em lotes regulares, conjuntos habitacionais públicos e um importante crescimento de ocupações irregulares.

Na *Ciudad de la Costa*, conjugam-se um crescimento demográfico muito importante (com predomínio de famílias jovens com filhos) e uma forte dinâmica imobiliária. Além disso, produz-se uma importante ampliação, diversificação e consolidação da oferta de serviços. Nesse último caso, verifica-se uma expansão das classes médias e altas, que ocupam novos espaços mediante formas urbanas tradicionais e novas modalidades periurbanas (chácaras e bairros privados). Isso implica um forte contraste entre o crescimento da costa e a estabilidade ou decréscimo demográfico de grande parte da área central da cidade e dos bairros populares antigos.

Nessa perspectiva, analisou-se a qualidade de vida da população da área Metropolitana residente nos assentamentos ou centros povoados de *Canelones* e *San José* (através da medida de “Necessidades Básicas”, ou índice NBI), pelo fato de ser essa uma área em contínua expansão e concentração populacional, com grandes desigualdades internas. Por outro lado, a experiência comparativa internacional sugere que cidades e povoados de tamanho intermediário e pequeno (tais como os da Área Metropolitana) representam um singular foco de atenção das políticas públicas, na medida em que, por seu tamanho menor e pela complexidade socioeconômica, constituem áreas adequadas para implementação de programas públicos que removam as restrições ao crescimento eco-

nômico e social, sobre uma base sustentável de equidade.

É sabido que a mensuração das necessidades básicas da população tem como objetivo identificar e localizar as subpopulações mais vulneráveis ao “risco social”, na medida em que as famílias e grupos sociais definidos sob certos níveis de “Insatisfação de Necessidades Básicas” (NBI) se encontram predispostos a situações de carências e pobreza relativa de considerável transcendência para seu futuro e especialmente para os membros mais débeis, tais como crianças, jovens, mulheres e idosos. Nesse sentido, importa destacar os resultados de nosso estudo anterior, referentes ao que denominamos “diferenciação intra-metropolitana.”

Confirma-se a existência de desigualdades significativas entre as famílias residentes em diferentes zonas e assentamentos da área metropolitana. Ademais, se comprovou que a dinâmica e a estrutura socioeconômica e populacional da área metropolitana é muito heterogênea, e é previsível que mantenha suas tendências divergentes, com crescimento acelerado da *Ciudad de la Costa*, ou corredor interbalneário (Sudeste), aumento dos assentamentos sobre as rotas ou corredores 1 (Oeste) e 8 (Nordeste) e estagnação populacional dos centros povoados, localizados nos corredores das rotas 5 (Centro) e 8 (Centro-oeste) (Veiga, 1998).

Nesse contexto, verificam-se significativas diferenciações no interior da área metropolitana, com divergências claras na qualidade de vida e carências das famílias residentes nos distintos corredores ou subáreas. Essas diferenças resultam da complexa interação de um conjunto de fatores, tais como: distintos padrões de assentamento populacional, grau de diversificação socioeconômica e dinamismo dos centros e de sua infra-estrutura de serviços, tipo de população localizada e as estratégias familiares para estabelecer residência em determinados lugares.

Assim, os elementos ilustrados na Tabela 1 confirmam a diferenciação, a “segregação intrametropolitana” e as famílias de maior “vulnerabilidade social”. Nesse sentido, constituem indicadores estratégicos para configurar o per-

fil sociodemográfico da população mais carente, tal como são os níveis de NBI correspondentes aos principais “grupos de risco” selecionados. A análise permitiu apreciar os altos níveis de carências críticas, que correspondem a famílias com crianças e jovens. De outro lado, confirma-se a situação de maior privação para a população residente nas rotas 1 e 6, enquanto os níveis mais satisfatórios surgem nas famílias residentes na rota ou corredor interbalneário.

Definitivamente, cabe assinalar que, mesmo sem se dispor de dados desagregados de NBI posteriores ao Censo de 1996, distintos indicadores – relativos à expansão de situações de pobreza, à

expulsão da população montevideana, à deterioração de serviços públicos e à proliferação de assentamentos precários nos limites de Montevideú, com seus departamentos vizinhos, ocorrida durante os últimos anos – demonstram um aumento importante dos processos de segregação intrametropolitana entre as distintas subáreas.²

Nesse sentido, os indicadores socio-econômicos elaborados e ilustrados na Tabela 2 demonstram que, durante os últimos anos, no âmbito global da área metropolitana, produz-se um importante decréscimo da empregabilidade nas famílias, assim como nos níveis educativos da população, com o incremento da pobreza.

Tabela 1 - % famílias com NBI / tipo de famílias e corredores da Área Metropolitana (% s/total de famílias de cada tipo)

Tipo de famílias	Corredores ou Subáreas					Total Área Metr.
	1	5	6	8	Interb.	
Chefe mulher com filhos	36	25	35	28	22	27
Chefe 15-29	46	36	45	39	31	38

Fonte: Veiga, D. (1998). Características sociodemográficas y económicas de la población en el Area Metropolitana. Documento presentado ao MVOTMA.

Tabela 2 - Evolução de indicadores socioeconômicos - Montevideú e Área Metropolitana população urbana: 2001-2004

Indicadores / Áreas	Montevideú		Área Metropolitana	
	2004	2001	2004	2001
% PEA EDUC. BAIXA	28,8	22,5	43,4	33,9
% PEA EDUC. MÉDIA	49,6	53,0	49,6	55,1
% PEA EDUC. ALTA	21,5	24,5	7,0	11,0
Renda media famílias (\$)	7449	9915	4603	6455
Renda média famílias pobres	2763	3791	2016	2839
Renda média famílias ricas	10412	13697	6303	8718
% famílias pobres	22,8	11,5	19,7	7,4
% população pobre	32,5	s/d	29,4	s/ds

Fonte: Elaborado com base no processamento de pesquisas de famílias INE, Depto. Sociologia. B. Dados FC

² Um de seus exemplos mais claros, nos últimos anos, é o aumento de casas e assentamentos precários no Norte da *Ciudad de la Costa*, que contrasta com a erradicação de setores de classe média, ao Sul.

EXCLUSÃO SOCIAL NA GRANDE MONTEVIDÉU

Num estudo anterior sobre Montevideú, assinalamos que a segregação urbana não é uma simples consequência das desigualdades sociais, senão o resultado da diferenciação social no espaço. Nesse sentido, constituem processos que se retroalimentam, na medida em que a posição e a identidade de uma determinada área estão condicionadas por sua estrutura socioeconômica. Assim, as diversas formas de segregação residencial e educativa são manifestações da distribuição das classes e da exclusão social nas cidades e no território (Veiga; Rivoir, 2001).

A partir dessa perspectiva e com relação à exclusão social e as desigualdades urbanas, Michael Harloe defende que tal fenômeno tem, ao menos, três significados que o diferenciam dos enfoques tradicionais da pobreza, e, nesse sentido, permitem compreender alguns processos mencionados. Em primeiro lugar, indica que existem múltiplas causas e conseqüências das desvantagens sociais das pessoas com exclusão social; em segundo lugar, prioriza a atenção para os processos que geram e estimulam as desigualdades sociais; e, em terceiro lugar, assinala que a exclusão implica diversos “agentes públicos e privados” que influem nas condições de vida da população. Também destaca que os “excluídos”, em sua relação com as políticas públicas, estão vinculados à sociedade de várias maneiras, na medida em que sua situação é resultante de distintos processos socioeconômicos, o que implica não constituir a exclusão um fenômeno permanente e existirem, certamente, mecanismos e necessidade de implementar políticas e programas para sua inclusão (Harloe, 2001).

Sob esse marco de referência, recordamos que, no cenário latino-americano, o Uruguai se distinguiu, durante muitos anos, por um desenvolvimento social mais elevado que o dos demais países, o que correspondia à confluência de seu nível de desenvolvimento econômico com políticas de bem estar social e continuidade democrática. Nesse sentido, o modelo de “estado de bem estar” – impulsionado no País durante das pri-

meiras décadas do século XX – e o sistema político estimularam uma sociedade com relativamente altos níveis de integração social e baixa desigualdade em termos comparativos com a América Latina. Contudo, é sabido que, desde o final dos anos oitenta, as políticas de cunho neoliberal e a crise socioeconômica determinaram que a pobreza aumentasse rapidamente, até alcançar 31% da população no final de 2003 e continuasse sua expansão durante 2004, com um importante aumento da polarização e da desigualdade social em níveis nunca vistos anteriormente na sociedade uruguaia.

Em tal contexto, é necessário referir um achado relevante de nosso estudo e publicação recente, que permitiu identificar os componentes principais da estrutura socioeconômica das áreas urbanas e a desigualdade social, identificando um conjunto de fatores ou dimensões principais que englobam vários indicadores estratégicos e que representam os seguintes fenômenos (Veiga; Rivoir, 2004): 1) Níveis de pobreza; 2) Exclusão laboral; 3) Nível educativo

Esses fatores constituem elementos relevantes para descrever a estrutura socioeconômica local e identificar aqueles indicadores mais significativos e com maior correlação que configuram os respectivos fatores. Assim, por exemplo, encontramos que o primeiro componente ou dimensão se associa a famílias, população e crianças em situação de pobreza, junto com os menores ingressos per capita. A segunda dimensão, que denominamos exclusão do emprego, se explica pelas taxas de desemprego juvenil, total, feminina e o subemprego. Em resumo, esses indicadores têm atualmente uma significação estratégica para interpretar a situação das áreas locais.

Também um outro achado importante do estudo permite caracterizar a evolução da estrutura social local durante o período 1996-2002, a partir da identificação de certos fatores que englobam um conjunto de indicadores estratégicos e que representam, por seu grau de magnitude, os seguintes fenômenos: evolução da pobreza e desigualdade; evolução da desocupação. Nesse caso, o primeiro fator ou dimensão (evolução da pobreza e

desigualdade) tem maior peso explicativo e, por conseguinte, surge como elemento estratégico para interpretar a evolução da estrutura socioeconômica local.

Por outra parte, nos mapas seguintes, tomados do *Observatorio Social de la Intendencia Municipal de Montevideo*, a partir das “Pesquisas de Famílias”, se podem apreciar os padrões de desigualdade e exclusão, com base na distribuição de indicadores de vulnerabilidade social nos distintos bairros de Montevideú e áreas do Departamento. Em particular, importa destacar o crescimento e a concentração de crianças pobres e mulheres desempregadas no Oeste e Noroeste da cidade, com desigualdades sociais intra-urbanas muito significativas.

Por outra parte, os indicadores de exclusão concernentes ao sistema educativo demonstram as restrições no capital social das famílias pobres e particularmente dos residentes nas áreas mais segregadas do espaço urbano (Tabela 3)

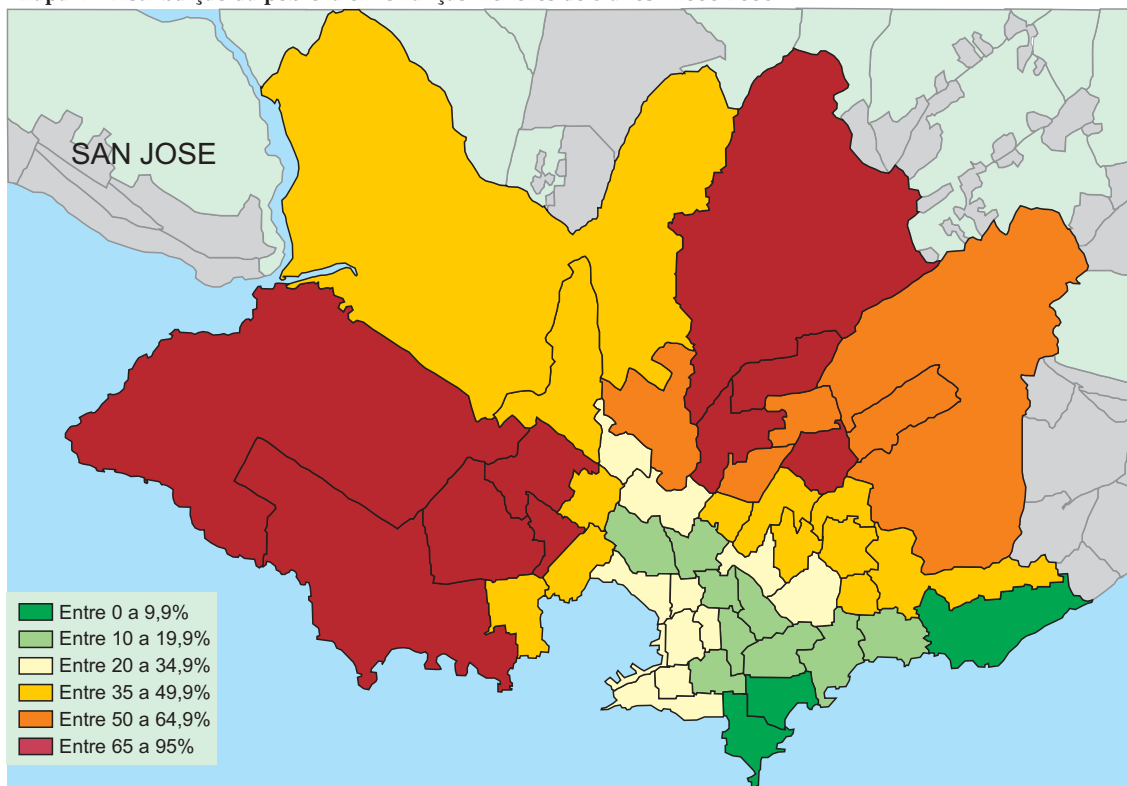
Também na Tabela 4 podem-se apreciar diferentes índices de exclusão social, relativos ao

mercado de emprego, nível educativo, empregabilidade e condições de vida, desagregados em função das principais subáreas de Montevideú, os quais demonstram as profundas clivagens “barreiras socioeconômicas” que os setores de classe baixa e média baixa residentes nas zonas carentes da cidade enfrentam e, em definitivo, sua exclusão social.

De forma complementar à análise realizada e em função dos elementos levantados previamente, assumindo as tendências de fragmentação socioeconômica e polarização em âmbito local, foram avaliadas algumas dimensões básicas da estratificação social. Assim, por exemplo, para apreciar a desigualdade entre diferentes classes sociais e sua expressão em diferentes áreas de Montevideú, as famílias foram classificadas segundo um Índice de Estratificação Social, examinando-se sua evolução no período 2001-2004 (Tabela 5).

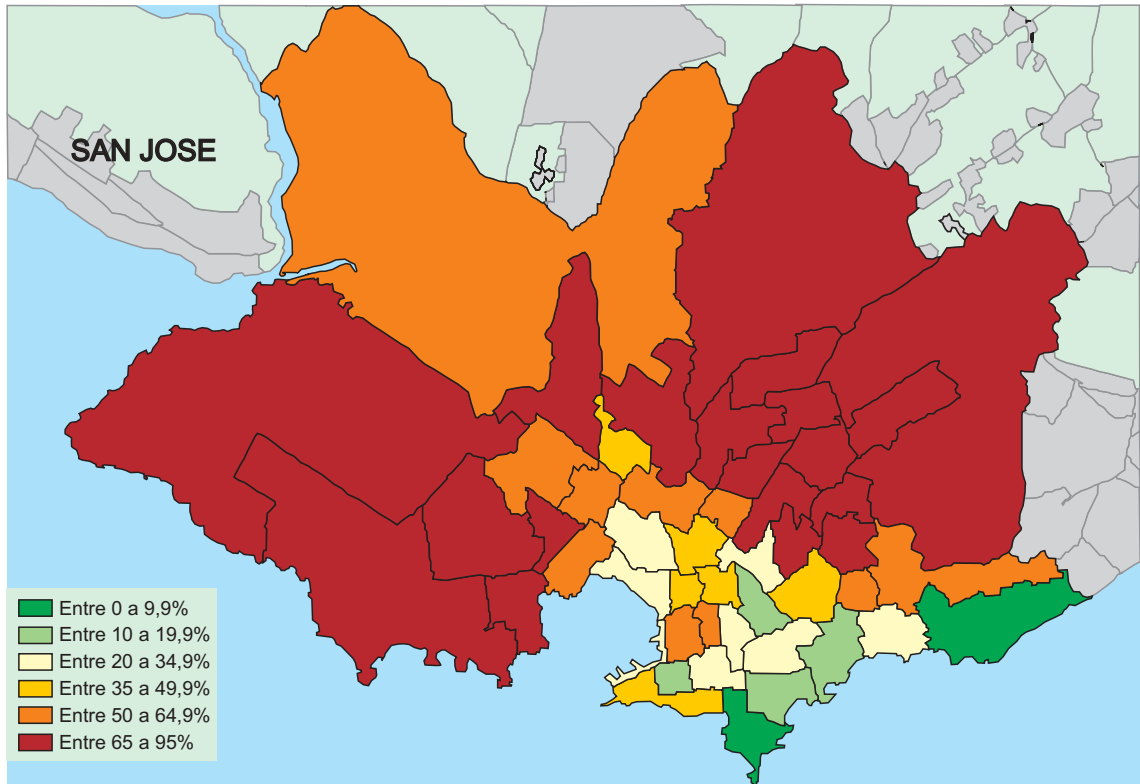
Podem-se observar, em primeiro lugar, significativas diferenças entre a estrutura social de

Mapa 2 - Distribuição da pobreza em crianças menores de 5 anos - 1996-1998



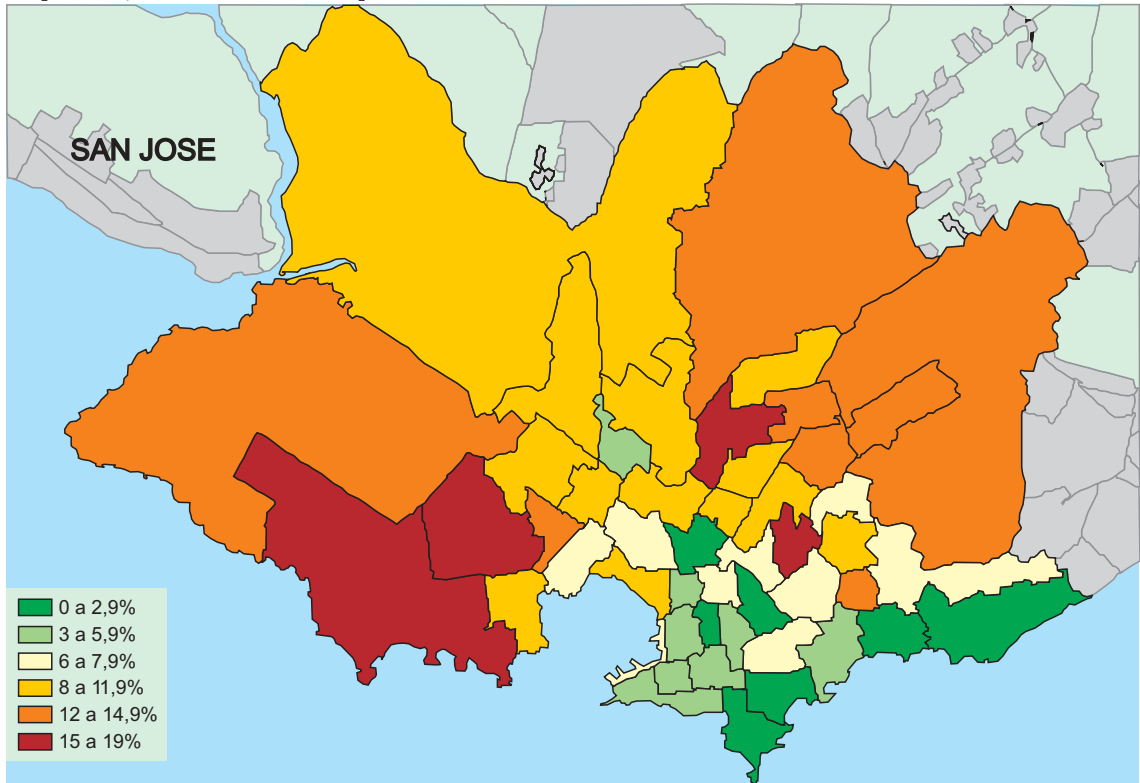
Fonte: Elaborado com base na ECH. Observatorio Montevideo de Inclusión Social. Intendencia Municipal de Montevideo, 2004.

Mapa 3 - Distribuição da pobreza em crianças menores de 5 anos - 2001-2003



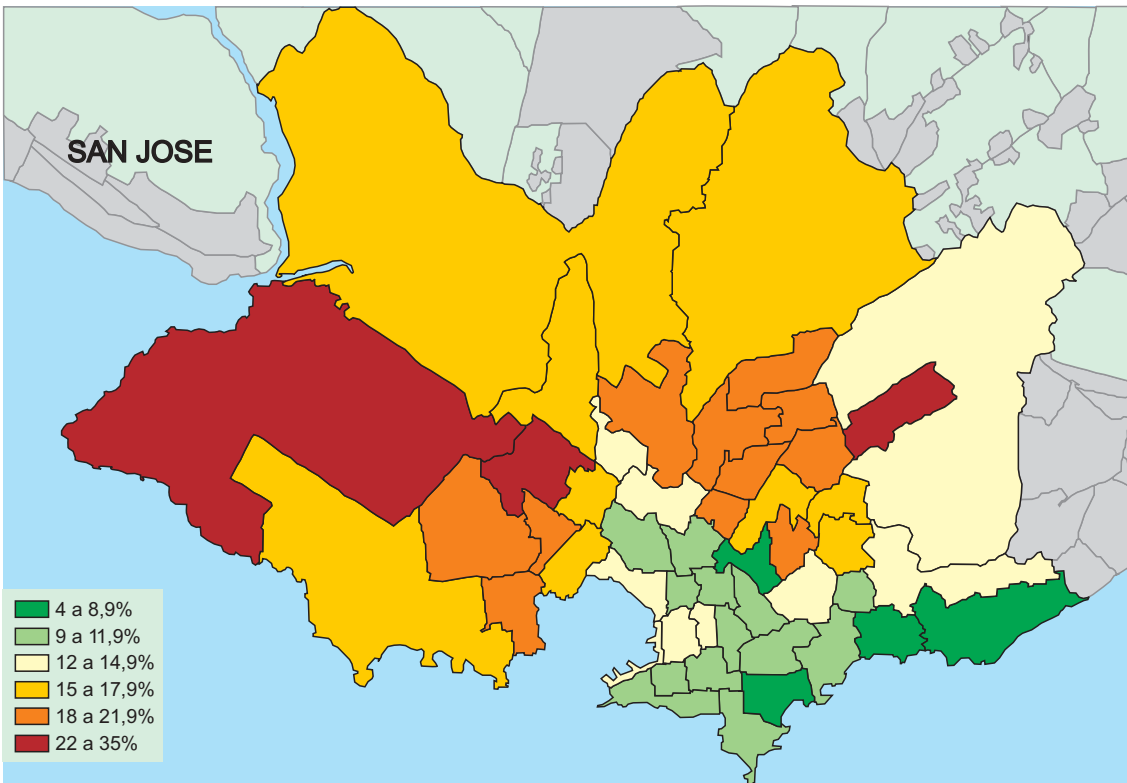
Fonte: Elaborado com base na ECH. Observatorio Montevideo de Inclusión Social. Intendencia Municipal de Montevideo, 2004.

Mapa 4 - % jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham - 2001-2003



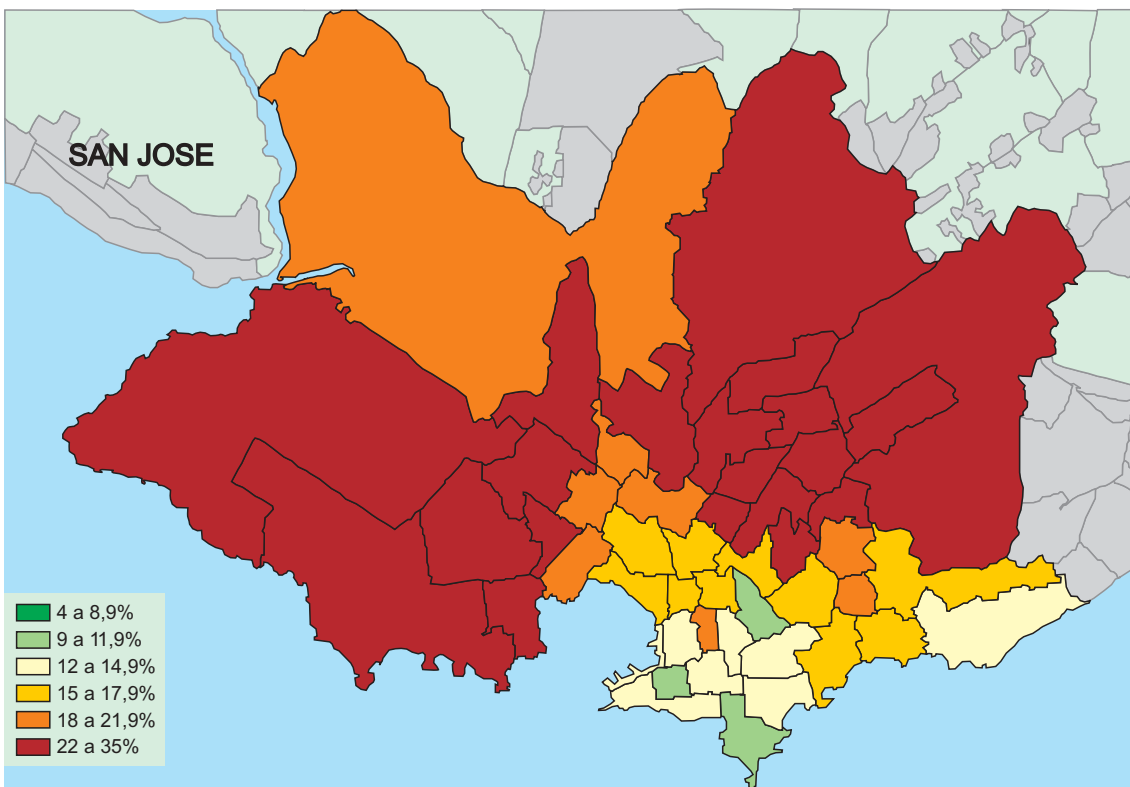
Fonte: Elaborado com base na ECH. Observatorio Montevideo de Inclusión Social. Intendencia Municipal de Montevideo, 2004.

Mapa 5 - Taxa de desemprego feminino - 1996-1998



Fonte: Elaborado com base na ECH. Observatorio Montevideo de Inclusión Social. Intendencia Municipal de Montevideo, 2004.

Mapa 6 - Taxa de desemprego feminino - 2001-2003



Fonte: Elaborado com base na ECH. Observatorio Montevideo de Inclusión Social. Intendencia Municipal de Montevideo, 2004.

Tabela 3 - Proporção de pessoas com educação obrigatória incompleta - Montevidéu - 2001-2004

Bairros área Norte, Nordeste e Leste	%	Bairros Centro e Costa	%
Las Acacias	53	Punta Carretas y Parque Rodó	6
Nuevo París	54	Carrasco y Punta Gorda	6
Manga	55	Pocitos	9
Tres Ombúes, Victoria	56	Malvín	12
Paso de la Arena	57	Centro	12
Punta de Rieles, Bella Italia	58	Parque Batlle, Villa Dolores	13
Manga, Toledo Chico	59	Cordón	14
Jardines del Hipódromo	59	La Blanqueada y Larrañaga	14
B. de Carrasco y V. García, Manga rural	59	Tres Cruces y La Comercial	15
Casabó, Pajas Blancas	60		
La Paloma, Tomkinson	65		
Casavalle	70		

Fonte: Observatorio Montevideo de Inclusión Social, com base na pesquisa de famílias INE. IMM.

Tabela 4 - Indicadores socioeconômicos de exclusão social - Montevidéu, segundo áreas - 2004

Indicadores / Áreas	Costa Este	Centro	Periferia Urbana	Periferia Suburbana
Taxa de desocupação geral	8,7	11,9	16,0	15,7
Taxa de desocupação de jovens	18,0	23,5	28,4	27,7
Taxa de desocupação feminina	9,9	13,4	19,2	21,1
Taxa de subocupação	11,5	13,2	16,5	17,1
% PEA EDUC. BAIXA	15,0	22,2	39,7	41,6
% PEA EDUC. MÉDIA	44,7	51,1	51,6	51,0
% PEA EDUC. ALTA	40,3	26,7	8,7	7,4
% Famílias com automóvel	48,5	29,0	22,9	22,6
% Domicílios sem saneamento	2,7	1,1	20,0	41,6
Renda média das famílias	11880	8036	4574	4200
Renda das famílias pobres	5090	3633	1968	1861
Renda das famílias ricas	16544	10816	6578	5945
% Famílias pobres	6,1	13,0	38,6	41,9
% Famílias indigentes	0,4	0,6	5,0	4,7
% População pobre	8,6	19,3	51,6	52,3
% População indigente	0,8	1,3	9,0	8,2

Fonte: Tipología de Barrios y CCZ de Montevidéu, com base no processamento de pesquisa de famílias, 2004 INE, Banco de Dados FCS.

distintas subáreas ou bairros, de acordo com o peso que têm os diferentes estratos socioeconômicos. Em segundo lugar, observam-se disparidades entre a empregabilidade em diferentes áreas e entre

Tabela 5 - Montevideu - Estratificação socioeconômica*
Evolução % segundo grandes áreas 2001-2004

Anos	Áreas % estratos socioeconômicos	Costa Este	Centro	Periferia Urbana	Periferia Suburbana	Total
2001	Baixo	1,7	4,9	17,5	20,0	10,0
	Médio baixo	8,4	15,7	31,8	36,1	21,6
	Médio	20,4	33,2	34,0	32,6	30,1
	Médio alto	23,8	23,0	11,7	8,2	17,7
	Alto	45,8	23,2	4,9	3,0	20,6
2004	Baixo	3,3	7,2	26,6	27,1	19,2
	Médio baixo	11,1	18,4	31,3	36,7	27,9
	Médio	22,5	34,8	30,0	27,3	27,7
	Médio alto	24,3	21,4	8,5	6,4	13,2
	Alto	38,9	18,2	3,6	2,6	11,9
		100,	100,0	100,	100,0	100,0

Fonte: Com base no reprocessamento de Pesquisas de Famílias INE. B. Dados e Depto. de Sociología da Fac. Ciencias Sociales Universidad de la República.

*Índice a partir de indicadores de renda, educação do Chefe e conforto do domicílio.

lho formal, que estimularam, durante os anos 90 o crescimento do trabalho por conta própria, a informalidade e a precariedade, com significativas consequências no decréscimo dos níveis de vida das classes média e baixa (Portes; Hoffman, 2003; Boado; Fernandez, 2005; Longhi, 2005).

Nesse sentido, e a partir de uma perspectiva complementar, a visão dos atores

os distintos estratos, o que demonstra a desigualdade no acesso a níveis de vida diferenciados dos respectivos estratos ou classes sociais no interior da cidade. Com efeito, os dados apresentados na Tabela 5 ilustram claramente a distribuição das classes sociais no espaço urbano, assim como seu diferente peso e evolução durante os últimos anos da crise, no período 2001-2004.

Como assinalamos previamente, apesar de ter havido, nos últimos anos, um empobrecimento geral da sociedade uruguaia, os dados permitem afirmar que se produziu um incremento generalizado das classes baixas e médias baixas, com uma maior fragmentação e polarização espacial entre as diferentes áreas de Montevideu.

Nesse contexto, os distintos elementos analisados em nossas investigações e de outros colegas da FCS permitem assinalar que o caso uruguaio corrobora as conclusões de um estudo comparativo em âmbito latino-americano, onde se demonstra que a polarização social e as mudanças na estrutura de classes de nossos países se relacionam fortemente com as políticas de redução do setor público e a estagnação do mercado de traba-

loais e dos estudos de caso qualitativos – tal como se analisa a seguir – confirmam tendências identificadas nas páginas anteriores, particularmente em relação às desigualdades no acesso e oportunidades de bens e serviços, como resultado da falta de empregos e rendimentos estáveis. Isso constitui um fator de exclusão e polarização social, que estimula a diminuição das classes médias e consolida amplos setores em situação de pobreza, como ocorre em muitas cidades em que a população percebe sinais de fragmentação social e crescentes setores em condições de marginalidade.

Para o caso de Montevideu, as expressões dos informantes locais – nesta crise da “sociedade salarial” e época da “desfiliação” e exclusão social, na expressão de Robert Castel – confirmam nosso estudo recente no âmbito do resto do Uruguai, na medida em que se percebem o decréscimo dos rendimentos, o emprego precário e a instabilidade como fatores fundamentais que estimulam problemas sociais tão diversos como falta de alimentação, desintegração familiar, evasão escolar, uso de drogas, delinquência, mendicância, condições de vida marginais etc. (Veiga; Rivoir, 2004).

Também por sua relevância para análise do caso uruguaio, indagou-se, tal como se fez com a análise quantitativa, sobre a visão acerca da situação da classe média, em função do peso que tinha – e ainda tem – no processo de empobrecimento da sociedade nacional e particularmente da denominada “pobreza recente”, fenômeno de profunda relevância, há alguns anos, em países como o Uruguai e a Argentina (cf. Filgueira, 2002; Minujin; Anguita, 2004). As citações do Quadro 1 são muito ilustrativas a esse respeito.

**Quadro 1 - Empobrecimento da classe média de Montevidéu
Percepção e identificação segundo atores locais**

- . “A nova geração é mais pobre que seus pais, pelo empobrecimento recente.”
- . “Se transformaram em novos pobres com pautas culturais e de consumo de classe média que não podem pagar.”
- . Era de classe média antes quem tinha trabalho formal, satisfação de suas necessidades básicas, e hoje dois terços da população são o que chamaríamos de classe baixa ou média baixa.”
- . “São os que apresentam maior descontentamento e apostam na emigração.”
- . “Há dificuldade dos jovens para encontrar projetos de vida e lugares onde se desenvolverem.”

Fonte: Elaboração com base na pesquisa com atores locais. Agosto-outubro de 2004. Projeto Depto. Sociologia, FCS D.Veiga; A.L.Rivoir.

DESIGUALDADES E EXCLUSÃO SOCIAL EM MONTEVIDÉU: a visão dos atores locais

Tal como observamos anteriormente, para contrastar os resultados da informação quantitativa, levantou-se e analisou-se a percepção que os atores sociais têm acerca de sua realidade. Isso é fundamental em dois sentidos: por um lado, permite complementar a informação de caráter quantitativo, na medida em que alguns dados requerem atualização. Por outro lado, conhecer a opinião e a percepção das comunidades locais agrega elementos para conhecer as dinâmicas sociais, assim como as potencialidades e os obstáculos para sua transformação.

Se bem que, para a Sociologia, a definição de “ator” seja complexa e tenha sido amplamente debatida, em nosso estudo, consideramos “atores locais” aquelas pessoas ou instituições que intervem na dinâmica socioeconômica local de forma decisiva e transformadora. Nesse sentido, esses

atores têm inserção em distintos âmbitos da vida social local, por exemplo, na educação, no governo local, nas organizações sociais, nas organizações econômicas etc. Assim, os informantes qualificados entrevistados são pessoas conhecedoras de sua localidade e têm opinião formada sobre ela.

Nesse sentido, as expressões recolhidas são muito ilustrativas a respeito da percepção dos informantes sobre o aumento e o aprofundamento dos problemas e das desigualdades sociais na área metropolitana de Montevidéu e confirmam as tendências e elementos levantados anteriormente neste artigo, a partir da análise quantitativa (Quadros 2 e 3).

Definitivamente, o estudo realizado demonstra – entre outros processos complexos – a necessidade de as políticas sociais locais incluírem a integração social da população como meta, considerando o aumento das desigualdades e a segregação socioeconômica e residencial detectada e sua tendência para aprofundar o isolamento e os conflitos sociais de diversos grupos e

Quadro 2 - Aprofundamento de problemas sociais segundo os atores locais - Montevidéu, 2004

- . Emprego precário e instável, e desocupação.
- . Decréscimo de renda e salários.
- . Estratégias de sobrevivência insalubres.
- . Desintegração familiar e violência doméstica.
- . Uso de drogas e alcoolismo.
- . Segregação residencial.
- . Insegurança e cultura marginal.
- . Crescimento da maternidade adolescente.
- . Emigração.
- . Perda de valores e expectativas.

Fonte: Pesquisa com atores locais. Agosto - Outubro, 2004. Projeto Depto. Sociologia, FCS D.Veiga; A.L.Rivoir

Quadro 3 - Aprofundamento das desigualdades sociais segundo os atores locais - Montevidéu, 2004

- . Incremento da pobreza e da marginalidade
- . Impossibilidade de acesso a necessidades básicas, educação, saúde, habitação
- . Deterioração e desigualdade de serviços públicos, segundo zonas
- . Aumento do desemprego e deterioração laboral
- . Condições de habitação e de vida precárias
- . Decréscimo de renda e de níveis de vida
- . Desintegração familiar

Fonte: Pesquisa com atores locais. Agosto - Outubro, 2004. Projeto Depto. Sociologia, FCS D.Veiga; A.L.Rivoir

classes sociais, o que constitui um elemento de fragmentação que consolida graves desigualdades, tanto de acesso a recursos e necessidades básicas, como de redes sociais e padrões socioculturais que são muitos profundos e de difícil reversão.

Em tal medida, para lograr um verdadeiro desenvolvimento social, devem-se implementar políticas econômicas de combate às desigualdades sociais, em conjunto com políticas de integração e fortalecimento dos atores e dos governos locais. Nesse sentido, é preciso reconhecer que existe, em âmbito local e nacional, uma multiplicidade de atores que desempenham diferentes papéis, tais como dirigentes e representantes políticos, técnicos, empresários, organizações sociais etc., com os quais os diferentes organismos do Estado devem conjugar esforços para reverter essas tendências de fragmentação e de desigualdades sociais. Nessa perspectiva, é preciso reconhecer que, com a instalação do novo governo em março de 2005, mudaram-se as prioridades de objetivos e as políticas econômicas e sociais, tanto no âmbito nacional como no local, pelo que existem amplas margens de credibilidade e esperança para pensar que outro País é possível.

REFERÊNCIAS

- BOADO, M.; FERNANDEZ, T. Una mirada a la crisis, las clases y la pobreza en el Uruguay 1998-2004. Paper presentado al SEMINARIO MÉXICO- URUGUAY SOBRE MEDICIÓN DE LA POBREZA Y POLÍTICAS SOCIALES, FCS UDELAR, 2005.
- DE MATTOS, C. Redes, nodos e cidades: transformação da metropole latinoamericana. In: RIBEIRO, L.C., Q. (Coord.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito* Rio de Janeiro: Ed. FP. Abramo, 2004.
- FILGUEIRA, C. Estructura de oportunidades, activos de los hogares y movilización de activos en Montevideo. In: KATZMAN R.; WORMALD, G. *Trabajo y ciudadanía: los cambiantes rostros de la integración y exclusión social en cuatro áreas metropolitanas de A. Latina*. Montevideo: Ed. Cebra, 2002.
- HARLOE, M. Social justice and the city: the new liberal formulation. Keynote Lecture at the ISA RC21 CONFERENCE, Amsterdam, June 15-17, 2001.
- KATZMAN, R.; RETAMOSO, A. Segregación espacial, empleo y pobreza en Montevideo. *Rev. CEPAL*, Santiago, n.85, 2005.
- LOMBARDI, M.; BERVEJILLO, F. Globalización, integración y expansión metropolitana en Montevideo. UCUDAL. Paper presentado al V SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RII. Toluca, Mexico, sep., 1999.
- LONGHI, A. Los impactos del desempleo y de la informalidad sobre la pobreza. La mediación de la estructura de clase. Paper presentado al SEMINARIO MÉXICO-URUGUAY. MEDICIÓN DE LA POBREZA Y POLÍTICAS SOCIALES. [S.l.]: FCS UDELAR, 2005.
- _____; FERNANDEZ, T. Dinámica de la pobreza, determinantes macroestructurales y modelo de predicción. In: MAZZEI, E. (Comp.) *El Uruguay desde la sociología*. Montevideo: Depto. de Sociología, Fac. Ciencias Sociales, UDELAR, 2003.
- MARCUSE, P. Space and race in the Post Fordist City In: MINGIONE, E. (Ed.) *Urban poverty and the underclass*. Oxford: Blackwell, 1996.
- _____; VAN KEMPEN, R. (Eds.) *Globalizing cities*. Oxford: Blackwell, 2000.
- MINGIONE, E. Fragmentação e exclusão: a questão social na fase atual de transição das cidades nas sociedades industriais avançadas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, 1998 .
- MINUJIN, A.; ANGUITA, E. *La clase media seducida y abandonada*. Buenos Aires: Ed. Edhasa, 2004.
- MOLLENKOPF J.; CASTELLS, M. *Dual city*. New York: The Russel Foundation, 1991 .
- PORTES, A. *La urbanización de América Latina en los años de crisis*. In: LOMBARDI; VEIGA, (Eds.). [S.l.], 1989.
- PORTES, A. Social capital: its origins and applications in modern sociolog. *Annual Review of Sociology*. [S.l.], 1998.
- _____; HOFFMAN, K. Latin American class structure: their composition and change during the neoliberal era. *Latin American Research Review*, [S.l.], v. 38, n. 1, 2003.
- PRETECEILLE, E. , RIBEIRO, L.C.Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *EURE*, Santiago, v. 25, n. 76, 1999.
- RIBEIRO, A.C.T. (Comp.). *Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- RIBEIRO, L.C.Q. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: O FUTURO das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.
- ROBERTS, B. *Globalization and Latin American cities*. Oxford: Blackwell Pub./IJURR, 2005, v.29.
- SASSEN, S. *The global city*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1991.
- VEIGA, D. *Condiciones socioeconómicas en el Area Metropolitana de Montevideo*. Documento presentado al MVOTMA. [S.l.], 1998.
- _____. Notas para una Agenda de Investigación sobre procesos emergente en la sociedad urbana. In: RIBEIRO, A.C.T. (Comp.). *Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores*. Buenos Aires: CLACSO. 2000b
- _____; RIVOIR, A. L. *Desigualdades sociales y segregación en Montevideo*. Fac. Ciencias Sociales, Depto. Sociología. Universidad de la República, 2001.
- _____; RIVOIR, A. L. *Desigualdades sociales en el Uruguay*. Montevideo: Fac. Ciencias Sociales, Universidad de la República. 2004.

(Recebido para publicação em outubro de 2005)
(Aceito em novembro de 2005)